

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA ACERCA DOS EFEITOS DAS CONDIÇÕES DO ESPAÇO LABORAL NO TRABALHO, VIDA E SAÚDE DOS TRABALHADORES DA ATENÇÃO BÁSICA

Milla Pauline da Silva Ferreira¹; Andrei Souza Teles² e Thereza Christina Bahia Coelho³

1. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Graduanda do Curso de Enfermagem, Bolsista PIBIC/FAPESB, email:

millapauline@hotmail.com

2. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Graduando do Curso de Enfermagem, Bolsista PIBIC/CNPq, e-mail:

stdrei@hotmail.com

3. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Doutora em Saúde Coletiva, Departamento de Saúde, e-mail:

tcuide@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Atenção básica, trabalho em saúde, espaço laboral, saúde do trabalhador da saúde

INTRODUÇÃO

A Atenção Básica (AB) é uma das estratégias do Ministério da Saúde (MS) para melhorar o estado de saúde da população. Representa a construção de um novo modelo assistencial, baseado num conjunto de ações com foco na prevenção de doenças e agravos, promoção e recuperação da saúde, utilizando-se de tecnologias de baixa densidade, capazes de resolver os problemas de maior frequência e relevância na comunidade (Brasil, 2007; Gil, 2006). Constituída por uma equipe multidisciplinar, composta, sobretudo, por enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, médicos, dentistas e Agentes Comunitários de Saúde (ACS), a Unidade de Saúde da Família (USF) responsabiliza-se pela unidade familiar de uma determinada área no município, utilizando-se de ações intersetoriais tais como, saúde, educação, saneamento e meio ambiente (Rocha & Araújo, 2009).

O ambiente de trabalho desconfortável pode favorecer a ocorrência dos acidentes de trabalho e gerar danos à saúde dos trabalhadores. Do ponto de vista estrutural, a USF necessita, minimamente, de espaços físicos compatíveis com as atividades de promoção à saúde que são ofertadas à comunidade. Entretanto, no exercício de sua função, esses profissionais, deparam-se, muitas vezes, com espaço físico inadequado, excesso de calor e ruídos. Do mesmo modo, fora da unidade enfrentam as adversidades locais, como esgoto a céu aberto, ruas alagadas, dentre outros (Royas & Marziale, 2001; Martines & Chaves, 2007).

Os locais, onde são realizadas atividades laborais, podem atuar direta ou indiretamente no rendimento do trabalho, na excelência do atendimento prestado, bem como na qualidade de vida das pessoas (Royas; & Marziale, 2001). Profissionais capacitados instalados em uma estrutura de atendimento adequada podem potencializar resultados positivos na atenção à saúde da população.

Segundo Santos & David (2010), as condições de trabalho geram adoecimento tanto pelas cargas psíquicas, quanto ocupacionais, causadas por fatores físicos, biológicos e organizacionais, inerentes ao processo de trabalho. Desse modo, é de fundamental importância conhecer as reais condições cotidianas do espaço laboral, bem como seus principais efeitos sobre a saúde dos trabalhadores, no sentido de suscitar a construção de políticas, as quais promovam ambientes de trabalho saudáveis em condições dignas de trabalho.

O espaço é definido por Milton Santos (1997, p. 49) como sendo “o conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, o que leva à compreensão de que é necessário, não somente dispor de uma equipe em um determinado local de trabalho, mas sim, a criação de espaços compatíveis com a realização das atividades oferecidas à população. Nesse contexto, o estudo objetiva analisar o espaço laboral e seus efeitos no trabalho, vida e saúde dos profissionais de saúde da Atenção Básica (AB), bem como as condições e a

organização do trabalho dentro e fora da unidade, além de identificar padrões de adoecimento determinados pelo ambiente de atuação desses profissionais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica onde se buscou na literatura conhecimentos acerca das condições do espaço laboral no trabalho, vida e saúde dos trabalhadores da atenção básica. A investigação compreendeu artigos publicados em periódicos do banco de dados *Lilacs e Scielo*.

O estudo abrangeu os últimos 9 anos (2001 a 2010), totalizando 26 artigos, dos quais 6 foram pesquisas de natureza quantitativa, 8 qualitativa, 2 pesquisas quali-quantitativas e 10 de revisão de literatura. Foram utilizados, para a seleção das publicações, parâmetros, tais como o período da publicação e adequação ao tema com utilização dos descritores: “ambiente de trabalho da atenção básica”, “saúde do trabalhador da atenção básica”, “espaço de trabalho do PSF”, “condições do ambiente de trabalho da USF”. Os artigos foram catalogados e analisados buscando-se contemplar os objetivos propostos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise desses estudos revelou que o ambiente de trabalho inadequado com excesso de calor, baixa luminosidade, ruídos e vibrações, diminuem a concentração e intensifica a fadiga no trabalho, podendo aumentar consideravelmente os riscos de acidentes ocupacionais, além de gerar insatisfação no local de trabalho e provocar danos à saúde.

Precárias condições de conservação e higiene, presença de infiltrações nas unidades, além da falta de rampa de acesso e sanitário adaptado para atender os pacientes com necessidades especiais e idosos, podem interferir na manutenção da biossegurança tanto para os trabalhadores, quanto para os usuários.

A literatura apontou que grande parte dos postos de saúde da AB, possui infraestrutura deficiente e funciona em prédios e/ou casas adaptados, ou seja, que não foram construídos para tal fim. Verifica-se, muitas vezes, espaços insuficientes para execução das atividades devido, por exemplo, ao elevado fluxo de pessoas ou disposição inadequada dos equipamentos. A ausência de sala de reunião ou mesmo para a realização das atividades educativas em grande parte das unidades dificulta a execução dessas atividades coletivas com a comunidade e a articulação das práticas de avaliação e planejamento entre os profissionais da unidade. Dessa forma, a frequente utilização de imóveis com características domiciliares para a instalação das unidades, sem a adequada adaptação, demonstra um aspecto que reforça a pouca valorização do âmbito estrutural nas unidades de atenção primária.

A estrutura de uma unidade de saúde não precisa ser totalmente perfeita ou mesmo de uma forma padrão. No entanto, deve haver minimamente espaços conforme as suas necessidades básicas, organizativas e assistenciais, que garantam, de fato, um atendimento digno para a comunidade.

Os ambientes físicos não adequados, juntamente com a falta de material apropriado em quantidade e qualidade para realizar os procedimentos, ausência de manutenção preventiva de equipamentos e o número de trabalhadores aquém do necessário, acabam gerando uma maior exposição desses trabalhadores à riscos potenciais e agravos a saúde.

Fora da unidade, ao realizar as atividades, como por exemplo, as visitas domiciliares, os profissionais da AB enfrentam uma série de adversidades locais, que vão desde esgotos a céu aberto, ruas alagadas, presença de lixo e dejetos nas ruas, a situações de violência, que podem comprometer a segurança e a saúde desses trabalhadores. Portanto, em todos os ambientes de trabalho esses profissionais enfrentam empecilhos para desempenhar suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da magnitude dos problemas decorrentes da falta de biossegurança no campo de trabalho da AB, ainda são poucos os estudos que buscam avaliar com maior profundidade a temática do ambiente de trabalho dos profissionais que dela fazem parte. Espera-se que espaços físicos limpos e estruturalmente adequados que possibilitem uma boa disposição de materiais e equipamentos, sejam potencialmente capazes de promover um ambiente saudável, seguro e confortável e, conseqüentemente, promovam uma importante melhoria da qualidade dos serviços prestados aos indivíduos, famílias e comunidades. Além do mais, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, propõe, através de suas diretrizes, contribuir com o fortalecimento e a defesa do SUS, que necessita de profissionais saudáveis e com qualidade de vida no trabalho digna. A construção ou ampliação dos espaços destinados a prestação de serviços de saúde constitui-se um grande desafio para os gestores políticos. Sendo imprescindível uma maior valorização desses espaços, onde as ações de saúde são realizadas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília : CONASS, 2007.
- GIL, C. R. R. 2006. Atenção primária, atenção básica e saúde da família: sinergias e singularidades do contexto brasileiro. *Cad. Saúde Pública*. 22(6):1171-1181.
- MARTINES, W. R. V.; CHAVES, E. C. 2007. Vulnerabilidade e Sofrimento no Trabalho do Agente Comunitário de Saúde no Programa de Saúde da Família. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. 41(3):426-33.
- ROCHA, E. C. A.; ARAÚJO, M. A. D. 2009. Condições de Trabalho das Equipes de Saúde Bucal no Programa Saúde da Família: o caso do Distrito Sanitário Norte em Natal, RN. *Revista de Administração Pública*. 43(2):481-517.
- ROYAS, A.D.V.; MARZIALE, M.H.P. 2001. A Situação de Trabalho do Pessoal de Enfermagem no Contexto de um Hospital Argentino: um estudo sob a ótica da ergonomia. *Rev Latino-am Enfermagem*. 9(1):102-108.
- SANTOS, L. F. B.; DAVID, H. M. S. L. 2011. Percepções do estresse no trabalho pelos agentes comunitários de saúde. *Rev. enferm. UERJ*, 19(1):52-7.
- SANTOS, M. 1997. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. 3 ed., São Paulo: Hucitec, 190p.